



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

ATA DE REUNIÃO PARA EXAME DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 021/2022/CPLO/SUPEL/RO

INTERESSADO: SEFIN-RO

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 0030.488526/2021-95

OBJETO: Reforma, construções, substituição da passarela existente (estruturas metálicas), e outros serviços correlatos, no Posto Fiscal Wilson Souto (PFWS), no município de Vilhena – RO: **LOTE 1: VALOR R\$ 1.769.955,67** (um milhão, setecentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), **item 1:** Adequações físicas no Posto Fiscal Wilson Souto - Vilhena e **item 2:** Construção do banheiro de uso público; **LOTE 2: VALOR R\$ 999.158,93** (novecentos e noventa e nove mil, cento e cinquenta e oito reais e noventa e três centavos) **item 1:** Fornecimento e Instalação de estrutura metálica (passarela).

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois às oito horas, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 09 de 17 de janeiro de 2022 e Portaria nº 90 de 04 de agosto de 2022**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES. DA RECORRENTE:** A empresa **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES** participou dos dois lotes do certame em tela e foi impedida através da decisão da Comissão de Licitação em continuar participando da licitação, tendo em vista que a mesma apresentou em sua documentação de habilitação (envelope 01) a **CARTA PROPOSTA** contendo o PREÇO GLOBAL ofertado, caracterizando assim quebra do sigilo de sua proposta, contrariando os subitens 15.2 e 17.1.1 do edital. Inconformada com a decisão proferida em Ata lavrada dia 25.07.2022, a empresa interpôs recurso administrativo, alegando que (...) *em nenhum momento a empresa agiu em detrimento da lei ou do processo licitatório firmado, porque um erro humano – falta de percepção – ocasionou a inclusão do documento no primeiro envelope. A recorrente não teve intenção de quebrar o sigilo mostrando sua oferta, apresentando valores a demais empresas (...).* Afirma que (...) *Tem-se consciência de que fez parte da documentação enviada dentro do primeiro envelope a ser aberta, a Carta proposta preenchida com o valor global ofertado, porém essa carta não foi apresentada com o objetivo de dificultar ou agir em detrimento a lei. Dada a necessidade de apresentação em curto espaço de tempo, por um erro humano, a carta constou no primeiro envelope que foi aberto, sendo que o edital não demonstra em seu corpo penalidade de desclassificação e retirada de empresa do certame ao se constatar a presença de um documento em local diverso daquele mencionado*

em outro item (...). E ainda que (...) Não há o que se falar em quebra de sigilo da informação, pois ela não foi intencional e não chegou as mãos das demais empresas. Ainda que se alegue a presença de representantes das empresas no ato da abertura, não significa que o valor tenha sido apresentado a elas, porque os dados podem ser ofertados, mas sem identificação da empresa (...). **DO PEDIDO:** A recorrente solicita que a Comissão dê total provimento ao recurso interposto, modificando a decisão anteriormente proferida em ata. **DA DECISÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO** – A Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu MANTER a decisão proferida na sessão de análise e julgamento do dia 25.07.2022, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput” da Lei 8.666/93. Senão vejamos: O edital estabelece no **item 16 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ENVELOPE 01** - As LICITANTES deverão apresentar os documentos de habilitação abaixo relacionados, bem como os anexos II, III e V, em 01 (uma) via, para efeito de comprovação de qualificação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica e econômico-financeira: e seus subitens **16.1- Documentação Relativa à Qualificação Jurídica; 16.2- Documentação Relativa Regularidade Fiscal; 16.3- Da Regularidade Trabalhista; 16.4- Da Qualificação Técnica e 16.5- Da Qualificação Econômico Financeira**. No data e horário da sessão inaugural, a Comissão recebeu os envelopes 01 referente a habilitação e 02 referente as propostas de preços das empresas participantes do certame em tela. Ao proceder com a abertura e conferência dos documentos de habilitação das empresas, a CPLO constatou que a empresa recorrente **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES** havia inserido na documentação a Carta Proposta exigida no Anexo IV do edital. Como esse documento nada mais é do que a **Carta** pela qual a empresa licitante formaliza a apresentação de sua **proposta de preços** nos autos da **licitação**, caracterizando quebra do sigilo da proposta. Mesmo a empresa alegando que foi um erro humano, a irregularidade cometida acarreta a impossibilidade da empresa continuar participando do certame. Ao afirmar que as demais empresas não tiveram acesso ao documento vetado, não procede, uma vez que na sessão inaugural havia representantes das outras empresas participantes que vistaram a documentação apresentada pela empresa **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES**. Em que pese a insistência do legislador em reforçar o princípio da publicidade, esta não é absoluta, pois a proposta do licitante, até a sua regular abertura, é considerada sigilosa, como ordena o § 3º de art. 3º da Lei 8.666/1993:

§ 3º A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.

Vejamos aqui alguns entendimentos do poder judiciário acerca do mérito:

TRF-4 – APELAÇÃO CIVIL AC XXXXX20134047102 RS XXXXX-17.2013.4.04.7102 (TRF-4)

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. PROCESSO DE LICITAÇÃO. **QUEBRA DO SIGILO DAS PROPOSTAS**. OFENSA AO PRINCÍPIO DA MORALIDADE. INABILITAÇÃO DO IMPETRANTE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. Não merece reforma a sentença promulgada pelo Juízo a quo para excluir/ inabilitar o impetrante/apelante do processo de licitação do qual participava, haja vista que suas condutas demonstram **quebra de sigilo** das **propostas** e ofensa ao princípio da moralidade administrativa, mormente pelo conhecimento das **propostas** de seus filhos e pela tentativa de maximização do resultado do certame, o que minora a condição de igualdade entre os concorrentes

TJ-SP- Apelação APL XXXXX20188260053 SP XXXXX-72.2018.8.26.0053 (TJ-SP)

MANDADO DE SEGURANÇA – Pretensão à anulação do ato administrativo de desclassificação da impetrante, com o objetivo de assegurar ser declarada vencedora da Concorrência Pública nº 02/2017 – Impossibilidade – Inexistência de ilegalidade no ato administrativo atacado – Assegurada à impetrante oportunidade para apresentar defesa no procedimento administrativo – Ato fundamentado na **quebra de sigilo das propostas** e na ofensa aos princípios da moralidade e da isonomia – Impetrante que não se desincumbiu do ônus da prova – Presunção de legalidade e veracidade dos atos administrativos – Recursos voluntários e oficial providos.

A empresa recorrente discorre: (...) à abertura da sessão pública, somente terá acesso aos dados de valor e descrição detalhada do objeto ofertado, independentemente de ser o primeiro, segundo, terceiro envelopes que se aplica pelo instrumento convocatório, não sendo possível identificar a empresa licitante ou informações como marca, fabricante e modelo do objeto até que todo o certame esteja completo (...). E ainda (...) O mesmo ocorre quando da consulta aos dados da licitação, feita por qualquer cidadão. Somente após o término da etapa de lance é que fica disponível as informações dos licitantes ligados ao que estão ofertando. A restrição de acesso às informações antes do término da etapa das etapas acontece tanto para o público em geral, quanto para as empresas licitantes concorrentes. Essa restrição de acesso é exatamente para garantir que não se tenha quebra de sigilo nas propostas, atendendo a vedação legal (...). Mister ressaltar que a modalidade em tela é uma tomada de preços, e conforme o edital baseado na legislação vigente, o procedimento é diferente do pregão. As licitações possuem seis modalidades: Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão e pregão. A Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão estão previstas no art. 22 da Lei Federal nº 8.666/93. A modalidade pregão é regulamentada pela Lei 10.520/2002. A Tomada de Preços exige requisitos de **habilitação** (exigidos no edital), na fase inicial, comprovados documentalmente. Portanto a documentação de habilitação é a primeira a ser analisada, e somente após o julgamento proferido pela comissão e devidamente publicada essa decisão se for o caso, nos meios de comunicação previstos em lei, as empresas habilitadas na primeira fase, participarão da segunda fase do certame no caso da abertura das propostas de Preço. É nesse momento em que os valores ofertados pelas empresas habilitadas ganham publicidade. Dada a relevância do sigilo da proposta até a sua abertura, exceção ao princípio da publicidade, devem estar atentos, tanto pregoeiros e comissões de licitações, quanto licitantes, para não adotar alguma conduta que possa colocar em risco o sigilo da proposta. " ... **Importante destacar que o sigilo da proposta só existe até a data de sua regular abertura. Após a abertura do envelope da proposta, na sessão própria para tal, o seu conteúdo passa a receber, como todo o restante do processo, o tratamento de ampla publicidade, devendo ser divulgado a qualquer interessado. A quebra do sigilo da proposta pode ocorrer de forma intencional com a participação de concorrentes agindo em conluio, com ou sem o conhecimento da Administração, ou também pode ser devassado o sigilo das propostas por algum agente da Administração, para favorecer um determinado licitante. Em qualquer caso, devem ser adotadas as medidas cabíveis para coibir essas práticas ilegais. Mas a quebra do sigilo da proposta também pode ocorrer de forma acidental, quando, por exemplo, o envelope de proposta de uma licitação é aberto na sessão de outro certame, ou mesmo quando uma proposta é aberta ainda na fase de habilitação, nos casos em que a habilitação precede a classificação das propostas. Mesmo nos casos em que a violação da proposta não for intencional, está configurada a quebra do sigilo da proposta e o certame fica comprometido ...**". (Felipe Bosseli). Sendo assim, e baseado nas informações relatadas, condições do edital e ainda no princípio constitucional contido no art. 41, "caput", esta Comissão de Licitação decidiu **MANTER** a decisão anteriormente proferida mantendo a empresa recorrente **BP CONSTRUTORA E METALÚRGICA MORAES** inapta a prosseguir no certame. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho-RO, **nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois, às oito horas e cinquenta minutos.**

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

ALINE CRUZ DE OLIVEIRA

Membro/substituto

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 09/08/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 09/08/2022, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aline Cruz de Oliveira, Membro**, em 09/08/2022, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0031113664** e o código CRC **700C8B6E**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0030.488526/2021-95

SEI nº 0031113664